

NOTAS E RECENSÕES

DA COMISSÃO DE CARTOGRAFIA (1883) AO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL (1983)

Decorreu em 19 de Abril o Centenário da criação de um organismo que foi crescendo e adquirindo justificado prestígio no decorrer do tempo, conhecido sob várias designações: *Comissão de Cartographia* (constituída em 19 de Abril de 1983), *Junta das Missões Geográficas e de Investigação Coloniais* (desde 7 de Janeiro de 1936; reorganizada em 1945), *Junta de Investigações do Ultramar* (a partir de 6 de Novembro de 1973), logo depois *Junta de Investigações Científicas do Ultramar* (abreviadamente JICU), mais recentemente *Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical* (31 de Dezembro de 1979) e, na forma actual, *Instituto de Investigação Científica Tropical*, o IICT (desde 8 de Abril de 1982, por decreto que seria regulamentado com outro de 19 de Abril de 1983).

Recuando um pouco mais, aquela *Comissão* teve como directo antepassado a *Comissão Central Permanente de Geographia* (instituída por decreto de 17 de Fevereiro de 1876), no Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, com as suas secções de Geografia, História Etnológica e Arqueologia, Antropologia e Ciências Naturais. Acompanhava assim a constituição da *Sociedade de Geografia de Lisboa* (em Janeiro de 1876; o requerimento dera entrada no Governo Civil em 11 de Novembro de 1875), nascida graças aos esforços de Luciano Cordeiro, Rodrigo Pequito e outras personalidades. E nesta associação viria a ser integrada a primeira (decreto de 12 de Agosto de 1880), com o nome de *Comissão Central de Geographia*.

A fundação da Sociedade de Geografia, num momento particular da vida nacional, inseria-se não só num movimento europeu cujos antecedentes estavam nas Sociedades de Geografia de Paris (1821) e de Londres (1830), na reunião de Congressos Internacionais de Geografia (1871 em Anvers, 1875 em Paris, etc.), mas sobretudo na "ingente necessidade de pugnar pelo progresso das (nossas) colónias e pela conveniência de colaborar intensivamente com as outras instituições científicas nacionais e estrangeiras no avanço das ciências geográficas" — A. FERRÃO, *A Sociedade de Geografia. As suas origens e a sua obra de 50 anos (1875-1925)*, Lisboa, 1925 —. Na altura ganhava cada vez maior relevo a questão dos territórios do ultramar,urgia fazer o reconhecimento dos seus variados aspectos geográficos, etnográficos, históricos, económicos, estatísticos, e tantos outros, acentuavam-se os sinais de cobiça das potências europeias, adensavam-se os conflitos que haveriam de levar, por exemplo, entre outras, à célebre Conferência de Berlim (1884-1885), em que se definiram os princípios da partilha da África e o estabelecimento da sua carta política.

O registro sintético dos factos mais importantes do Centenário que ora se celebra está feito em volume intitulado *Da Comissão de Cartografia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983). 100 Anos de História*, Lisboa, IICT, 1983, 481 p., título que utilizamos para esta nota. Na primeira parte, "Memória Histórica" (pp. 9-179), estão reunidas informações de diversa natureza sobre a génese da *Comissão* e as modificações decorridas até ao *Instituto*. A segunda parte, "Monografias" (pp. 181-474), engloba notícias acerca das unidades orgânicas da ex-JICU, apresentadas por ordem cronológica da sua criação, desde o Jardim e Museu Agrícola do Ultramar (começou em 1873, como Museu Agrícola) à Missão de Estudos Agrónomos do Ultramar (criada em 1960). Uma Bibliografia consultada para a "Memória" e o índice de matérias completam o volume. Teria sido igualmente interessante a inclusão de informações sobre as actividades de agrupamentos e missões de carácter temporário, muitos dos quais produziram obras de méritos reconhecidos, prestigiando ainda mais a JICU.

Os leitores encontrarão no volume referências importantes acerca das investigações científicas e dos aperfeiçoamentos tecnológicos que, em vários domínios do conhecimento, foram sendo acumulados na instituição. Já é demasiado longa a lista daqueles que prestaram esses serviços e contribuíram para colocar o País numa posição de relevo em termos de cooperação científica internacional. A grandiosa exposição aberta ao público no Museu de Etnologia, no Restelo, representou outro momento notável da celebração do Centenário. Qualquer visitante pôde dar-se conta do volume e variedade de actividades do excepcional armazenamento de dados, das extraordinárias potencialidades transmitidas ao *Instituto*. Um catálogo bem elaborado e ilustrado ajudava o percurso da mostra de conhecimentos racionais sobre as regiões tropicais (*Actividades e Potencialidades de Investigação Científica Tropical*, Lisboa, 1983).

É justo celebrar também em *Finisterra* este Centenário, tendo em conta o muito que lhe devem o Centro de Estudos Geográficos de Lisboa e, de um modo geral, os geógrafos portugueses. Já tivemos a oportunidade de pôr em relevo essas relações, em *A "Escola geográfica de Lisboa" e a sua contribuição para o conhecimento das Regiões tropicais*, Lisboa, C.E.G., 1979 (policopiado), do qual retomaremos apenas alguns pontos. O texto, devidamente revisto e acrescido com uma longa introdução, foi entregue aos serviços de publicações da ex-JICU, actual IICT, de modo a ser incluído nas edições do Centenário.

Com a publicação de "Missão de Geografia à Guiné em 1974", Lisboa, 1950, da autoria de ORLANDO RIBEIRO, e de textos de FRANCISCO TENREIRO, diplomado pela antiga Escola Superior Colonial, entrando para o pequeno grupo de colaboradores do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa (criado pelo Instituto de Alta Cultura em 1943), durante a organização do XVI.º Congresso Internacional de Geografia, realizado em Lisboa, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, abrem-se os geógrafos portugueses para os temas ultramarinos. Naquele mesmo ano de 1950, "numa série de colóquios sobre estudos então em curso nos vários Centros da Junta, ..., houve um que esteve a cargo do conhecido geógrafo, investigador e professor Doutor Orlando Ribeiro, da Faculdade de Letras de Lisboa. Foi um momento alto, pela transcendente importância do tema versado, a

elevação da exposição e da discussão, a responsabilidade cultural, científica e política, das pessoas presentes, da *Junta*, do Ministério, da Universidade, doutros quadrantes" — p. 141 de *Da Comissão de Cartografia (1883)*... já citado —. A exposição, "levantando candentes problemas de rumo, colocando os políticos e os cientistas na encruzilhada" (p. 143, *idem*), pode ler-se em O. RIBEIRO, *Problemas da Investigação Científica Colonial*, Lisboa, 1950. Continua, após tantos anos decorridos, com o mesmo vigor e interesse.

A erupção vulcânica na ilha do Fogo, em Junho de 1951, daria a ocasião para O. RIBEIRO se debruçar não só sobre essa violenta manifestação da natureza, mas também sobre a problemática da colonização portuguesa, depois tratada exemplarmente em numerosos artigos. *A Ilha do Fogo e as suas erupções*, Lisboa, 1954 (2.ª edição em 1964) marcaria uma nova fase da Geografia portuguesa. Em 1955-1956 teria lugar a Missão de Geografia da Índia (ORLANDO RIBEIRO, MARIANO FEIO e RAQUEL SOEIRO de BRITO), em 1958 criar-se-ia o Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar, e também caberia a vez da Missão de Estudos de Geografia Física do Sul de Angola (MARIANO FEIO), e em 1960 da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (as pessoas já referidas e ainda ALFREDO FERNANDES MARTINS, FRANCISCO TENREIRO, ILÍDIO DO AMARAL, LUCÍLIA GOUVEIA e outros). Todos estes organismos, criados e subsidiados pela *Junta*, ficaram sediados no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, que assim aproveitou para maior expansão do seu prestígio, e enriquecimento das suas colecções (mapas, fotografias, livros, revistas, etc.) e equipamento, postos à disposição de docentes e investigadores, alunos de Geografia e de outros domínios afins, nacionais e estrangeiros, interessados nos problemas geográficos das regiões tropicais e em particular dos territórios das antigas colónias portuguesas.

Apenas para recordarmos algumas das publicações (livros) editadas pela *Junta*, com os resultados das investigações feitas no âmbito dos programas daquelas Missões, citamos as seguintes: O. RIBEIRO, *A Ilha do Fogo e as suas erupções* (Prémio Abílio Lopes do Rego, da Academia das Ciências de Lisboa), *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1962 (retomando artigos de datas anteriores); RAQUEL SOEIRO DE BRITO, *Macau*, 1963 (edição da Agência Geral do Ultramar), *Goa e as Praças do Norte*, 1966 (Prémio Almirante Gago Coutinho, da Sociedade de Geografia de Lisboa); FRANCISCO TENREIRO, *Acerca da casa e do Povoamento da Guiné*, 1950, *A ilha de São Tomé. Estudo geográfico*, 1961 (Prémio Abílio Lopes do Rego); ILÍDIO DO MARAL, *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*, 1964 (Prémio Abílio Lopes do Rego), *Luanda. Estudo de Geografia urbana*, 1968 (Prémios Almirante Gago Coutinho e da Câmara Municipal de Luanda); MARIANO FEIO, *As castas hindus de Goa*, 1979, e *O relevo do Sudoeste de Angola. Estudo de Geomorfologia*, 1981. Na revista *Garcia de Orta*, nos *Anais*, nas colecções de *Memórias, de Estudos, Ensaios e Documentos* e outras, existe abundante participação de geógrafos da "escola geográfica de Lisboa".

O Centro de Estudos Geográficos colaborou com os Institutos de Investigação Científica de Angola e de Moçambique, onde chegou a ter elementos seus. Outros geógrafos do Centro também escolheram temas ultramarinos para a elaboração de trabalhos normais e de dissertações de doutoramento. Dos primeiros serve de exemplo ISABEL MEDEIROS, *Contribuição para o estudo da colonização e da pesca*

no litoral de Angola ao Sul de Benguela, Lisboa, 1982. Entre os segundos estão CARLOS A. MEDEIROS, *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola). Estudo de Geografia Humana*, Lisboa, C.E.G., 1976 (Prémio Abílio Lopes do Rego), MARIA CLARA MENDES, *Maputo antes da independência. Geografia de uma cidade colonial*, Lisboa, C.E.G., 1979. Poderemos ainda incluir MARIA EUGÉNIA MOREIRA LOPES, *A Bacia do Rio Umbelúzi (Moçambique). Estudo geomorfológico*, Lisboa, C.E.G., 1979, entrada para o Centro em 1974. Estas duas, de temas moçambicanos, apresentadas na forma policopiada, mereceriam edições definitivas e maior divulgação pela importância dos assuntos tratados. Bom seria que o IICT viesse a considerá-las nos seus programas de futuras publicações.

Tendo-lhe sido conferida a natureza de um verdadeiro instituto público, as atribuições do *Instituto* são amplas: coordenar as actividades decorrentes das relações científicas com os países das regiões tropicais; colaborar com as entidades e organismos competentes na formulação e execução da política científica nacional; formular propostas para o estabelecimento de programas de cooperação e assistência científica e técnica com países tropicais; realizar actividades de investigação científica e técnica nos domínios específicos e relevantes para o desenvolvimento científico das regiões tropicais; celebrar convénios com universidades, institutos universitários e outros organismos ou instituições, nacionais ou estrangeiros, com o objectivo de desenvolver a investigação científica que prossegue e possibilitar a realização de cursos e estágios tendentes à formação, especialização e actualização científica e técnica do pessoal proveniente de países tropicais e do pessoal do *Instituto*; conceder bolsas de estudo a investigadores, docentes, técnicos e estudantes originários dos países tropicais, com vista à sua formação científica ou técnica; contratar com pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, a realização de projectos de investigação complementares e afins das que se efectuam no *Instituto*; inventariar e organizar, em colaboração com os departamentos ministeriais competentes, o património de índole científica e técnica tropical existente em Portugal; prestar colaboração ao ensino e à investigação universitária, no âmbito das suas áreas de investigação; participar em reuniões, congressos e outras realizações nacionais ou internacionais que respeitem aos domínios da cooperação científica com as regiões tropicais e colaborar com as entidades e organismos internacionais na prossecução dos objectivos dessa cooperação; promover, através dos meios julgados mais adequados, a difusão dos conhecimentos e resultados obtidos pelo desenvolvimento das suas actividades; organizar cursos e apoiar a especialização do pessoal necessário às actividades de cooperação, tendo em vista a sua integração em missões e grupos de trabalho a deslocar para os países tropicais.

As suas unidades funcionais serão as seguintes: Departamento de Ciências da Terra, com os Centros de Geologia, de Cristalografia e Mineralogia, de Geografia e o Laboratório de Análises de Rochas e Minérios; o Departamento de Ciências de Engenharia Geográfica (Centros de Geodesia, de Cartografia, e de Fotogrametria); o Departamento de Ciências Biológicas (Centros de Zoologia, de Botânica, e de Antropobiologia); o Departamento de Ciências Agrárias (Centro de Estudos de Pedologia, de Produção e Tecnologia Agrícolas, de Tecnologia Florestal, de Industrialização de Subprodutos Agrícolas, de Fitossanidade do Armazenamento, de

Investigação das Ferrugens do Cafeeiro, de Veterinária e Zootecnia, e o Jardim-Museu Agrícola Tropical); o Departamento de Ciências Históricas, Económicas e Sociológicas (o Arquivo Histórico Ultramarino e os Centros de Estudos de História e Cartografia Antiga, de Pré-História e Arqueologia, de Sócio-Economia, e Africanos e Asiáticos); o Departamento de Ciências Etnológicas e Etno-Museológicas (Centro de Antropologia Cultural e o Museu de Etnologia).

A Geografia ficou assim no primeiro daqueles Departamentos, cabendo ao seu Centro promover e incentivar actividades de investigação e tratamento de dados que contribuam para aumentar o conhecimento geográfico e regional das áreas tropicais; assegurar a conveniente divulgação de informação sobre aspectos geográficos das regiões tropicais; manter devidamente organizados ficheiros e colecções de documentos geográficos; promover actividades de desenvolvimento experimental no âmbito da Geografia; desenvolver actividades de intercâmbio científico.

Congratulamo-nos, deste modo, com a "feliz ideia de não extinguir uma instituição científica que se afirmou durante um século e, fundada para servir o País quando dela precisou, se propõe agora servir a Humanidade com o mesmo espírito de missão e a mesma isenção científica" (p. 179, *Da Comissão de Cartografia...*), sendo de desejar que jamais lhe falem os apoios necessários para a realização das tarefas de uma salutar política de cooperação científica e tecnológica alicerçada na sua experiência passada e nas potencialidades reais que possui.

ILÍDIO DO AMARAL